



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 6 DE FEVEREIRO DE 2002.

Senhor Vice-Presidente; Senhores Ministros; Senhoras Ministras; Senhores altos Funcionários; Senhoras e Senhores,

Eu tinha convocado esta reunião há algum tempo. E ordenei que ela fosse aberta, ou seja, que tivéssemos a mídia presente e que ela pudesse ser retransmitida.

Trata-se de uma reunião que faço normalmente. Temos feito esta reunião, nos últimos anos, quando se faz um balanço do que foi realizado. E o mais importante é que se definem as metas, os trabalhos, as diretrizes a serem cumpridas.

Este é o último ano do meu segundo mandato. É oportuno, portanto, que se dê um balanço um pouco mais aprofundado sobre tudo o que conseguimos fazer no Brasil. Esse “nós” não sou eu, nem são os Ministros. É o povo. É o conjunto, e nós como parte desse povo. Foram as mudanças possíveis de serem implementadas, nestes sete anos de mandato, sem mencionar os anos anteriores, nos quais estávamos – muitos de nós aqui presentes – empenhados na formulação e, depois, na implementação do Plano Real.

É de lembrar-se, como costuma fazer o Ministro da Fazenda, que, dentro de poucos dias, no dia 1º de março, teremos o 8º aniversário da URV. Alguns talvez já tenham até se esquecido do significado de URV – Unidade Real de Valor.

Naqueles dias angustiados em que vivemos, do ano de 93 para 94, muita gente duvidava da capacidade de o Brasil colocar as suas finanças em ordem, de reorganizar o Estado nacional, de definir objetivos que fossem sustentáveis politicamente e de seguir adiante no seu rumo.

Vínhamos de uma primeira metade da década de 90 muito difícil. Razões objetivas, algumas internacionais, outras nacionais, nos haviam levado a uma volta galopante da inflação. A inflação chegou a 40% em um mês. Quando eu mostrar alguns gráficos – isso é o que todos já sabem –, ver-se-á que, se anualizássemos aquela inflação, meu Deus!, teríamos milhares de por cento num único ano, em 1994.

Era muito difícil. Nós não tínhamos noção objetiva de a quantas andávamos. Os que participaram, ainda no Governo Itamar Franco, desta reorganização do Estado brasileiro hão de se recordar de que as contas entre o Tesouro Nacional e o Banco Central estavam num estado de muito pouca clareza. Falava-se, mesmo, numa chamada “caixa preta” do Banco Central. Eu me lembro de que o Doutor Edmar Bacha fez um trabalho importante, um “livro branco”, para explicar melhor a quantas andávamos, quem devia o quê, quanto e a quem.

Também nessa época preparatória do Plano Real, houve um imenso trabalho do Congresso Nacional, para refazer o orçamento, para obter modificações de leis, para mostrar aos congressistas que apoiaram o Plano que, na verdade, nós tínhamos uma rigidez orçamentária, que persiste, muito grande e que era quase impossível administrar o caixa do Tesouro com tantas vinculações que obrigavam a despesas automáticas.

E havia uma generalizada inadimplência: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, os bancos estaduais, sobretudo os bancos estaduais. Não havia pagamento de uma unidade da Federação para outra. Foram muitos anos para que pudéssemos, realmente, chegar a um estado de solvência do aparelho público, nos seus três níveis – municípios, estados e União.

As primeiras leis aprovadas pelo Congresso são de 93 e 94. As negociações começaram com os estados junto ao Ministério da Fazenda. Primeiro, para que os estados soubessem o quanto deviam; segundo, para que houvesse a idéia de que “pagar é devido”, porque, se não se paga, não há o fluxo de recurso e quem sofre é o povo, porque não há como prestar serviço social.

A Caixa Econômica Federal estava paralisada, porque havia uma inadimplência dos setores públicos. O setor elétrico já havia sido saneado, ainda no Governo Itamar Franco, pelo Doutor Eliseu Resende, hoje um deputado ativo, que foi Ministro da Fazenda por alguns meses. Houve uma negociação do setor elétrico de cerca de 22 bilhões de dólares, que foi o que custou o ajuste do setor elétrico, naquele momento, porque os estados não pagavam às geradoras da União.

Era esse o quadro. Havia até desânimo. Pois bem, ao invés de cedermos ao desânimo, nos organizamos e trabalhamos, pacientemente. Progressivamente, vamos repondo o País em condições de normalidade.

A normalidade democrática já vinha de antes. Tínhamos uma nova Constituição. O Congresso, naquela ocasião, passava por uma fase extremamente delicada – eu era Senador, além de ter sido Ministro, nessa época –, porque havia a CPI do Orçamento. Não havia rumo. Alguns achavam que o Governo, nessas condições, não tinha como atuar duramente na economia. Não foi meu ponto de vista. As idéias predominantes, então, eram muito simplistas sobre como controlar a inflação, porque havíamos passado por uma experiência positiva, que foi o Plano Cruzado, mas que gerou, na opinião pública, a idéia de que o fundamental era controlar preço e, quem sabe, prender algum atravessador. Era essa a ideologia predominante, o sentimento predominante.

Eu e a equipe que tínhamos formado nos opúnhamos a essa visão e achávamos que era preciso, realmente, remexer nas questões fundamentais do País e reviver os mecanismos de mercado, de transparência, de noção de responsabilidade, que resultou na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o coroamento de um esforço grande, que colocou isso tudo em ordem.

Pois bem, a partir desse quadro, começamos a trabalhar, não só o Governo Federal. Houve uma espécie de impregnação no País da necessi-

dade de uma reorganização de tudo e um espírito de maior seriedade no trato da coisa pública. Começamos a definir um projeto para o Brasil.

Nenhum país se mantém ativo, se não tem uma perspectiva de futuro, se não é capaz de sentir para onde vai. Nestes anos, começamos a reorganizar essas perspectivas de futuro para definir um projeto nacional. Projeto nacional que tinha que ser distinto do que fora o projeto, aliás, bem-sucedido dos anos 60, 70, baseado na substituição de importações e no fato de que o Estado podia arrecadar impostos e investir no setor, basicamente, de infra-estrutura.

Mas as condições do mundo haviam mudado. As condições do Brasil haviam mudado também. O processo inflacionário corroía a capacidade de o Estado ser um poupadão líquido. O Estado passou a ser um devedor líquido. O Estado, ao invés de poupar, ou melhor, de carrear a poupança do povo para o investimento, passou a tomar dinheiro emprestado para pagar suas próprias custas. Então, perdera essa capacidade e se transformara num Estado grande, mas ineficaz, sem as condições mínimas de atuação.

O projeto nacional, portanto, não podia ser pensado como um projeto estatal. Tinha que ser pensado como um projeto da sociedade. Daí a definição do Avança Brasil. Primeiro o Brasil em Ação, depois, o Avança Brasil, que são programas que se debatem com a sociedade, são debatidos no Congresso Nacional, debatidos nos vários estados, com apoio de técnicos, basicamente através do BNDES, e de amplas consultorias. São milhares de pessoas envolvidas. Isso tem como pressuposto que uma sociedade não se resume ao seu Estado e que um planejamento não pode ser fruto de tecnocratas que decidem o que é melhor e o que é pior, senão que tem que haver uma ampla acomodação com as forças da sociedade e uma estimulação a essas forças e, naturalmente, uma sinalização forte do Estado para que ele possa avançar.

Mudamos a concepção de desenvolvimento, portanto, e muita gente passou a achar que o Brasil não tinha um projeto nacional, porque olhava no retrovisor e queria o mesmo projeto que fora vitorioso no passado, mas inviável nas condições atuais. Fomos implementando esse novo estilo de termos um projeto nacional. Esse projeto também teve

algumas modificações conceituais importantes. Ao invés de pensarmos na concentração numa certa área ou numa certa atividade para daí, em círculos progressivos, haver o crescimento de todos, achamos que seria melhor organizar as nossas idéias em função de certos eixos de desenvolvimento.

Aí estão os eixos fundamentais de desenvolvimento nacional, de integração e de desenvolvimento, que dão uma espécie de distribuição no espaço das atividades fundamentais.

Isso pode trazer-lhes uma ilusão: a de pensar que esse projeto de desenvolvimento é basicamente físico e de infra-estrutura. Não. Em cada um desses eixos, fomos adensando as ações sociais. Todos eles são pensados como um conjunto de ações que vão se multiplicando e se adensando, somando-se umas às outras, de tal maneira que possamos ter uma transformação do conjunto do Brasil. Ao invés de concentrar desenvolvimento em certas áreas, a intenção, portanto, foi, efetivamente, de integrar o País.

Essa integração não podia ser mais pensada como nos anos 50 e 60, em que, por exemplo, a idéia seminal e importante de uma Sudene tinha sentido, porque se imaginava, primeiro, a ação do Estado da forma que mencionei aqui e, segundo, porque aquela região tinha que ter, em si mesma, uma dinâmica. Hoje, o mercado nacional está unificado. O que se precisa é, realmente, criar os vínculos, para que isso resulte em distribuição mais eqüitativa dos benefícios do progresso.

Mais ainda: nas condições do mundo atual, não poderíamos pensar o Brasil isolado do mundo. Tínhamos que pensá-lo como parte desse mundo. Já vou especificar mais isso. Até na própria concepção física dessa reestruturação, existem eixos que se articulam com outros eixos no espaço sul-americano.

Estes são os eixos. Vou cansá-los um pouquinho e vou até pedir perdão por isso. Mas acho que é importante – este, talvez, seja o momento de balanço mais significativo destes últimos anos – eu me estender em certos pontos.

Quero inverter um pouco a lógica habitual com a qual costumamos fazer nossas exposições, partir de alguns desses eixos, de algumas dessas

áreas de integração e mostrar o que está sendo feito nelas. Mas vou tomá-las como pretexto – portanto, não vou me fixar nelas – para chamar a atenção para certos problemas que são mais amplos no plano nacional.

Vamos começar pelo chamado eixo de desenvolvimento do Nordeste. O desafio que temos no Nordeste é, basicamente, de inclusão social e de fazer com que essa região possa se desenvolver e tenha um suprimento de água adequado. Feito isso, teríamos muitas possibilidades no Nordeste na área do turismo, da agricultura de grãos, da fruticultura irrigada, da indústria de transformação e de serviços avançados.

Concentramo-nos, portanto, em tocar nesses pontos estruturantes do Nordeste. O mapa é complexo, mas dá para se ver que houve um esforço grande na reestruturação de infra-estrutura nas questões que mencionei, sobretudo, no caso aí presente, a questão do turismo.

Nós construímos 12 aeroportos no Brasil – 12 aeroportos. Aqui, na região do Nordeste, temos um aeroporto novo – se se considerar a capital do Maranhão como parte do Nordeste; às vezes, é Norte – em São Luís, um novo em Fortaleza, um novo em Natal e um novo em João Pessoa. Estamos terminando o de Recife. Há recomendações para terminá-lo neste ano. Temos um aeroporto novo em Salvador.

Mas não pensem que os aeroportos se renovaram apenas no Nordeste. Lá no Acre, há um aeroporto novo. Lá em Belém, no Pará, há um aeroporto que é novo. Em Curitiba, há um aeroporto que é novo. O Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio de Janeiro, tem uma área nova. Estamos preparando, agora, para este ano, a terceira etapa do aeroporto de Guarulhos. No Rio Grande do Sul, há um aeroporto que é novo.

Ou seja, nestes anos, renovamos integralmente os nossos aeroportos, de tal maneira que o comércio e o trânsito de pessoas se aceleraram enormemente. Para lhes dar um dado, no ano passado, o ano de crise, o aumento de pessoas que passaram pelos aeroportos foi de 8%. São milhões de pessoas que passam, todos os anos, nos nossos aeroportos.

Bom, além disso, temos os portos, porque, sem eles, não haveria possibilidade de uma dinamização de tudo isso. No caso específico do Nordeste, chamo a atenção para dois portos, que vamos terminar neste ano, mas já estão bastante adiantados. Um é o porto de Suape, em

Pernambuco, que já está em funcionamento. Falta apenas terminar o conjunto de obras. O outro é o porto de Pecém, no Ceará. São dois grandes portos.

O Nordeste é bem-dotado de portos. O porto de Itaqui, lá em cima, no Maranhão, é um dos melhores do Brasil, se não o melhor de águas mais profundas. Melhoramos o porto de Cabedelo. Melhoramos o porto de Recife. Mas, para não me limitar ao Nordeste, no Rio de Janeiro fizemos um porto novo: Sepetiba, que já é quase um desses portos de grandes dimensões, em que as empresas trazem os seus *hubs*, os seus grandes contêineres, e, aí, os redistribuem para outros portos. Isso foi feito neste governo. Reformamos as docas do Rio de Janeiro.

Refizemos todos os molhes do porto de Rio Grande, as barragens para que se permitisse a entrada de navios. Fizemos a conexão desses portos com as respectivas entradas, como estamos fazendo no Rio de Janeiro, melhorando a área de acesso ao porto de Sepetiba. No Rio Grande do Sul, estamos fazendo várias estradas para facilitar o transporte de grãos pelo porto de Rio Grande. O porto de Paranaguá é um dos portos de maior dinamismo do Brasil. Temos ainda o porto de São Francisco, em Santa Catarina. Privatizamos, em boa parte, esses portos e reduzimos, significativamente, o custo do transporte através desses portos – significativamente. Alguns deles, como é o caso do de Sepetiba, já começam a buscar comparação com o de Rotterdam.

Os portos eram o caos. Em termos de custos, eram uma dificuldade. Levamos anos para passar uma lei de portos no Congresso Nacional. Passamos e implementamos. Hoje, os portos começam a funcionar como devem funcionar.

Foi preciso ampliar, enormemente, no Nordeste, a capacidade dos reservatórios de água. Acrescentamos 10 bilhões de litros de água ao Nordeste. Algumas obras estão, ainda, em fase de conclusão. Vamos terminá-las neste ano.

Vamos concluir o complexo do Castanhão, no Ceará, que é três vezes maior do que Orós. No Rio Grande do Norte, há vários reservatórios e aquedutos importantes, e as águas estão circulando. Na Paraíba, na

região muito sofrida, sobretudo, de Campina Grande, estamos terminando também obras importantes.

Água, portos, estradas. Vamos terminar essas obras neste ano. Mas posso me antecipar: o governo estadual está nos ajudando, enormemente, na estrada que vai de Recife a Caruaru. A mesma coisa em Campina Grande e João Pessoa. Enfim, certas obras fundamentais de duplicação estão sendo feitas, para que possamos, realmente, corresponder às potencialidades de crescimento do Nordeste do Brasil.

Agora, era importantíssimo, também, que o Nordeste dispusesse de energia. Há certas ironias na história. A Usina de Xingó, usina importante, foi iniciada no governo Collor, teve a sua primeira turbina inaugurada no governo Itamar Franco. Xingó produz 3 mil megawatts. O Nordeste todo, naquela altura, quando começou Xingó, tinha capacidade de cerca de 3.500 megawatts, com todo o complexo de Paulo Afonso, no rio São Francisco, e do Parnaíba. Pois bem, nestes anos de governo, nós instalamos, em Xingó, 2.500 megawatts. Xingó tem seis turbinas: cinco foram instaladas no meu governo. Alguns aqui me acompanharam lá, em Pernambuco, quando fomos inaugurar a linha de transmissão que ligou Tucuruí ao Nordeste. Essa linha permitiria, na época, a transmissão de cerca de mil megawatts. Portanto, acrescentamos ao potencial energético do Nordeste, que era de 3.500, mais 3.500 megawatts, neste governo.

Dizia-se que o Nordeste não estaria mais sujeito a racionamentos.

Pois bem, aí vem a ironia. Onde a situação foi mais difícil, nestes últimos meses, no ano passado? Foi no Nordeste. Por quê? Porque o Nordeste depende, basicamente, do rio São Francisco e, no Nordeste, teve a pior seca de sua história, pelo menos, pelos dados todos registrados até agora. Dependemos dos céus. A chuva veio e recuperou os reservatórios.

E nós nos avivamos. Nós nos avivamos, em que sentido? As vantagens imensas de nós termos um sistema energético, no Brasil, basicamente hidrelétrico não podem fazer com que cerremos os nossos olhos. Aqui, isso depende da hidrologia. E o controle que se tem sobre hidrologia é relativo. Então, o que se fez foi um plano. Esse plano já está

implementado, está em marcha. Só no Nordeste, nós vamos acrescentar, até o fim deste ano, 2.700 megawatts em termelétricidade. O Ministro Pedro Parente assente com a cabeça, o que significa que é isso mesmo, porque ele acompanhou isso de perto. O Ministro José Jorge já estava ali olhando para saber se eu ia errar ou não. Mas são 2.700 megawatts de termelétricas que nós vamos instalar, só no Nordeste, além da energia, digamos, emergencial, se for necessária.

Mas não pensem, entretanto, que estamos limitando essa dificuldade ao Nordeste. Tomamos uma decisão importante. A crise de energia nos ajudou a sermos mais realistas, a confiarmos mais nesse povo fantástico, que é o povo brasileiro, e menos nas hipóteses tecnocráticas.

Tivemos também que modificar uma série de questões. Vamos transformar a Chesf numa espécie – se me permitem a comparação, e mal comparando – de Tennessee Valley Authority. A Chesf vai ser transformada numa empresa pública, mas com nomeação de técnicos feita por mim, cujo rendimento vai ser para contínua melhoria das condições hidrográficas e energéticas do Nordeste. Posso dizer com tranquilidade que 800 milhões de reais por ano – essa usina já está amortizada – vão ser o recurso permanente para que exista, realmente, aí, a possibilidade de o Nordeste avançar na questão energética e mais: para que seja possível também avançar no que diz respeito ao modo de conceber o uso da água. Essa água vai ser controlada por uma corporação pública.

Xingó fica à parte dessa corporação. Xingó é uma usina. Já mencionei suas características. Xingó tem outras especificidades. Xingó praticamente não tem reservatório. O reservatório vem lá de cima. É um cânion que é utilizado para gerar energia em Xingó. Esse desmembramento é muito importante. Tudo isso significa que o rio São Francisco precisa ser valorizado, precisa ser cuidado.

Tive oportunidade, por duas vezes, de ir à Serra da Canastra, à nascente do São Francisco. Não adianta ir lá e ver. É preciso fazer as coisas. Neste ano, há recursos para algumas obras nessa região, embora não estejam formalmente nos chamados planos estratégicos. Não vão faltar recursos para esse programa, que é essencial. No orçamento de 2002, há

mais recursos para isso, porque, se não cuidarmos de todo o rio São Francisco, por mais que se faça, como fizemos, um conjunto de obras importantes, haverá sempre o problema do assoreamento, etc.

Mencionei o São Francisco. Na questão energética, há, efetivamente, uma imensa quantidade de obras em marcha. Dir-se-á: "Mas se é assim, por que houve a crise de energia?" Com franqueza: a água contou, a falta de chuvas contou. Contou também que o modelo que havíamos colocado em marcha não estava muito bem equacionado. Esse trabalho está praticamente refeito para atrair mais investimento. Mas contou também um outro fato: a Constituição de 88. Ela transfere o investimento de energia para o setor privado, mas a lei de concessões – e tenho orgulho de ter sido o autor dela – levou cinco anos no Congresso. Foi aprovada em 95. Portanto, de 88 a 95 não se podia fazer leilão de concessão.

Nessas questões, os efeitos acontecem anos mais tarde. Quando se olhar a faixa de investimentos, vai se ver que eles pararam no fim de 88 e foram retomados em 96. Mas houve aí um *gap* de investimento real, não porque o ajuste fiscal não permitiu que houvesse investimento – houve os investimentos que estavam previstos – mas porque houve toda uma remontagem da máquina pública, para que ela fosse capaz de acompanhar os investimentos. E a inter-relação com o setor privado, para que este tivesse confiança de que, efetivamente, as normas iam ser cumpridas, resultou numa diminuição de investimento.

Pois bem, no Nordeste, além disso, nos preocupamos com a questão do aproveitamento mais adequado de uma região do semi-árido. E aí a questão fundamental diz respeito ao problema das áreas irrigadas. Nós acrescentamos 78 mil hectares de terra irrigada ao Nordeste.

Hoje, o Nordeste dispõe de um pólo dinâmico, que é o Pólo do São Francisco, em Petrolina e Juazeiro, dispõe, no Rio Grande do Norte, dispõe, no Ceará, de alguns pólos de áreas irrigadas para, basicamente, a fruticultura, porque a irrigação é cara e, se não for aproveitada a terra irrigada com um produto que tenha curso internacional e que tenha agregação de valor, não ela paga o custo do investimento.

Na verdade, o desafio maior do Nordeste não está circunscrito aos temas que mencionei. É a questão da inclusão social. Nisso, fizemos um

esforço bastante grande. Na verdade, me referirei ao Nordeste, mas esse é um assunto que tem um âmbito nacional.

Se nós formos ver os índices de desenvolvimento humano de cada município brasileiro, ver-se-á que é no Nordeste onde há, realmente, a concentração dos piores índices de desenvolvimento.

Esse dado é interessante, porque mostra que, desde 1980 e, com mais velocidade, de 85 em diante, na verdade, esse índice tem crescido sustentadamente. Esse índice se resume – agora houve uma modificação na composição dele – basicamente, em renda *per capita*, expectativa de vida, quantos anos a pessoa tem, quando nasce e grau de escolaridade.

Então, isso se resume em dizer que o Brasil, nas áreas sociais, não só tem rumo, como tem seguido esse rumo. Aí estão os dados. Não quero cansá-los. Se nós tivéssemos desagregado esses dados, veríamos que, em certas regiões, estamos acima de 0,8. Esses dados são mundiais. Quem está acima de 0,8 são os países de nível de desenvolvimento humano elevado: Suécia, Estados Unidos, Bélgica, Holanda. Parte do Brasil tem mais de 0,8. Mas, parte do Brasil cai para baixo de 0,7. Então, é por isso que, na média, nós estamos em 0,75, aproximando-nos, portanto, dos países de melhor índice, mas com esse problema, que é nosso drama, que é o da desigualdade.

Temos que, efetivamente, atacar essa questão da desigualdade. Como fizemos isso? A questão fundamental é um misto entre dar mais oportunidade às pessoas e elas serem capazes de usá-las. Dar mais oportunidade é criar emprego, é ter taxa de crescimento mais adequada.

Agora, não adianta ter taxa de desenvolvimento adequada e criar emprego, se uma parte da população não tem condições de utilizar esses empregos. Então, é educação. Aí está a educação. Educação – não preciso falar muito. Os dados já são conhecidos. Estamos nos aproximando de uma escolarização total. Total não quer dizer 100% em nenhum lugar do mundo, quer dizer próximo de 100%.

O Ministério da Educação fez um trabalho, repito, extraordinário. Aqui estão os dados por faixa de idade. Mas, se nós formos desagregar esses dados por outras características, por exemplo, cor, vamos ver que

o crescimento da escolaridade dos negros, no Brasil, foi acelerado nestes últimos anos. O índice passou de 79% para 93%.

No começo da década, em 92, nós tínhamos apenas 79% das crianças negras nas escolas. Agora, nós temos 93%. Ou seja, aí o crescimento foi muito grande e pegou, realmente, o setor mais pobre do País.

Na verdade, nós fizemos, na educação, uma “revolução branca”, mesmo nos setores que, eventualmente, são os que aparecem como menos beneficiados por essas transformações.

Peguemos a universidade. O número de estudantes dobrou em termos de universidade pública e privada. Por outro lado, houve a introdução daquilo que nunca se tinha feito, no Brasil: o “provão”. Quer dizer, vamos ver quem é quem. Vamos fazer provas objetivas, para julgar o quê? O aluno não, a escola. Através do aluno, a escola. E se começa, agora, a tirar a autorização de funcionamento de escolas que não são capazes de formar os alunos naquele nível necessário. Introduziu-se a idéia de qualidade, portanto, na educação. Avançamos muito no ensino profissional.

As modificações na educação são fundamentais. Atrás disso, está uma mudança constitucional importante, que é o Fundef. Sem o Fundef, nós não teríamos feito isso. O Fundef permitiu que houvesse mais recursos para as escolas no plano municipal, com a cooperação federal e a estadual. O Congresso aprovou. Quando forem ler os debates sobre essa questão, vão ver como as questões corporativas apareciam fortemente lá e como a visão do mundo, muitas vezes, de quem se arroga a ser progressista é ultrapassada. Isso porque muita gente se opôs ao Fundef. E o Fundef foi o mecanismo que permitiu melhorar as condições de salário e mesmo as de sala de aula das escolas. O salário, nas áreas mais pobres do Brasil, cresceu significativamente para os professores do ensino básico.

Ao lado da questão da educação – e educação vista na base, quer dizer, lá embaixo mesmo, os mais pobres, por isso me referi ao Nordeste, embora generalizasse para o Brasil – está a questão da saúde. Talvez o programa de saúde que tenha o maior efeito e que também apareça com mais brilho é o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Nós tínhamos 29 mil agentes comunitários de saúde em 94, que alcançavam

879 municípios. Hoje, temos quase 153 mil, alcançando quase 4.800 municípios. Isso é uma revolução também. O agente comunitário de saúde é a enfermeira, é a auxiliar de enfermagem, é o pessoal que vai à casa das pessoas. Hoje, temos, também os chamados médicos de família: são 13 mil, que vão chegar, até o fim deste ano, a 20 mil. Os números variam de mês a mês. Vão chegar a 20 mil. Isso altera o quê? A qualidade de vida das pessoas.

Tanto a educação quanto a questão da saúde alteram a qualidade de vida das pessoas. Por isso, e aí vem o dado adiante, a mortalidade infantil cai. Vê-se que, no Nordeste, a mortalidade infantil caiu mais acentuadamente. No Brasil, como um todo, caiu também. Esse dado de mortalidade infantil não reflete o que está acontecendo. Por quê? Porque esse dado é do IBGE. E o IBGE não tem pesquisa direta de obituários. Então, no dia em que obtivermos essas pesquisas – o Ministro José Serra disse que está se movimentando nesse sentido –, vai se ver que a queda é maior do que a que está aí. Mas essa já é bastante significativa.

Em alguns programas na saúde, evidentemente os resultados são mais visíveis. O programa que tem um efeito maior no mundo é o do controle da Aids. Aí estão os dados. Isso se deve ao fato de que o tratamento da Aids é gratuito – projeto, aliás, do Senador José Sarney e lei sancionada por mim. E se deve ao fato de que houve uma mobilização social. As pessoas que cuidam desse programa são, em geral, organizações também ligadas a aidéticos, ONGs controladas por aidéticos ou por pessoas infectadas por HIV. Houve uma movimentação da sociedade brasileira, e é impressionante o resultado desse programa.

Não quero cansá-los, mas, se forem ver o programa de saúde da mulher, que não havia, os programas relativos à questão, por exemplo, da mobilização dos médicos para resolver a questão da catarata, enfim, uma infinidade de programas e, sobretudo, as vacinações maciças que temos feito, que são raras no mundo, vê-se que se mudou a orientação na saúde, como se mudou na educação.

Na educação, vamos realmente atingir os que mais necessitam e acabar com o analfabetismo. Podemos sonhar com isso. Isso era impen-

sável, quando a maioria de nós, aqui, nasceu. Hoje, podemos dizer que está ao nosso alcance, entre 10 e 15 anos, acabar com o analfabetismo.

Bom, no caso dos programas de saúde, falava-se muito também que era preciso sair da medicina de alta complexidade, sair da curativa para a preventiva. Não é sair. É, além da medicina de alta complexidade, passar para a preventiva. É isso que estamos fazendo. Médicos de família, agentes comunitários de saúde. É um programa cubano. Só que Cuba é como um pedacinho do Brasil. Aqui, multiplica-se por muito. O de lá fez efeito no mundo todo, como propaganda. Não porque fosse programa de Cuba, mas, porque é bom, nós o copiamos. E os resultados estão aí.

Mas, certamente, podemos avançar bastante mais nessa matéria, e vamos avançar.

É preciso não esquecer também que, na questão da saúde, houve uma modificação essencial, que foram os genéricos. Essa é outra revolução. O tratamento é preventivo. A alta complexidade avança, mas dá-se acesso. São muitos programas feitos para baratear os remédios, mas, agora, chegou-se ao genérico, que é um êxito, porque é uma ameaça de quebra de patente – há possibilidade de quebrá-la –, uma negociação que levou a abaixar muito o preço dos genéricos. Vamos dar novos passos, ainda neste ano.

Educação e saúde são fundamentos de uma nova sociedade. O projeto para o Brasil não é um projeto simplesmente de substituição de importações, que deve existir, e existe.

O projeto para o Brasil fala de gente. É preciso que haja, realmente, a capacidade de as pessoas usufruírem dos benefícios do progresso. Sem educação e sem saúde, não há isso.

É importante quebrar patentes. Lá, em Doha, na reunião da Organização Mundial do Comércio, a ação dos ministros brasileiros – Ministro Celso Lafer, Ministro Sérgio Amaral, Ministro José Serra e Ministro Pratini de Moraes – foi reconhecida no mundo todo. Por quê? Porque defenderam os interesses do nosso povo. Somos a favor de patentes. Quem não é? Todo o mundo que produz intelectualmente deseja que haja patentes. Mas a vida vale mais que o lucro. Em caso de risco de

vida, não há patente que possa resistir à decisão do Governo brasileiro de atender ao povo. Sem demagogia. Sem fazer disso *slogan* fácil. Sem fazer discurso retórico. É na prática.

Muito bem, outro pilar da mudança fundamental da sociedade brasileira: acesso à terra. Aqui estão os dados. Eles falam, gritantemente. Basta olhar: em 30 anos, assentamos 218 mil pessoas, até 94. Em sete anos, foram 565 mil famílias, 2 milhões de pessoas. Só que essa gente está produzindo. Então, quando se olham os dados do Pronaf, vai-se verificar que existe, pela primeira vez no Brasil, uma atenção à agricultura familiar. Não havia. Simplesmente, a agricultura familiar não tinha acesso ao crédito. Olhem o que aconteceu. Olhem o crédito que está sendo dado, o valor aplicado e o total das operações. Isto, aí, é o total de operações. São 2 bilhões de reais.

Então, hoje, você não só tem o agricultor familiar, como tem o crédito para o agricultor familiar.

Está uma maravilha? Não está. Está uma maravilha a educação? Não está. Está uma maravilha a saúde? Não está. Há muitos problemas. Todos os programas que mencionei agora, Fundef, Pronaf, foram criados por nós – nós, brasileiros –, nestes últimos sete anos. Então, a questão fundamental de começar a mudar a sociedade mesmo, dando acesso aos que mais necessitam, aos mais pobres, aos excluídos, está aí. Isso tem um nome, hoje, específico para uma área, que é o Nordeste, que é o chamado Projeto Alvorada – a Doutora Wanda Engel aqui está presente também, coordena esse conjunto de projetos e faz com que haja um foco maior.

Então, hoje, essa atenção é da máquina do Estado. A máquina do Estado se organizou para atender àqueles que mais necessitam.

Certamente, se queremos uma sociedade melhor, uma sociedade mais democrática, mais oportunidades, mais igualdades, não podemos deixar que as crianças trabalhem para manter ou ajudar a manter a família. Aí estão os resultados do Peti, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, da Secretaria de Assistência Social. Vejam a quantidade de crianças atendidas. Isto vai num crescendo, porque não é compatível com um Brasil democrático a existência de crianças em idade escolar que estejam trabalhando.